



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

v.2, n.4, 30 abr. 2019.

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça* no período de 01 a 30 de abril, para cadastro na base da Biblioteca:

Diário da Justiça

Edição nº 6631/2019 - Quarta-feira, 3 de abril de 2019

Portaria nº 1506/2019-GP, de 1ª de abril de 2019

Cria o Grupo Gestor de Sistemas de tramitação e acompanhamento de processos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Portaria nº 046/2019 - CJRMB, de 02 de abril de 2019

Revogação da Ordem de Serviço nº 001/2017 - CJRMB, de 09 de fevereiro de 2017.

Edição nº 6635/2019 - Terça-feira, 9 de abril de 2019

Portaria nº 1681/2019-GP, 5 de abril de 2019.

Cria Grupo de Trabalho visando à padronização das rotinas para fins de cumprimento de ordens judiciais que envolvam conflitos coletivos fundiários urbanos e rurais e para expansão da atribuição da Ouvidoria Agrária Estadual para conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais.

Edição nº 6637/2019 - Quinta-feira, 11 de abril de 2019

Emenda Regimental nº 20, de 10 de abril de 2019

Altera a redação do art. 150 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Diário Oficial do Estado do Pará

Nº 33.843 Sexta-feira, 05 de abril de 2019

Decreto nº 52, de 3 de abril de 2019

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Nº 33.847 Terça-feira – 09 de abril de 2019

Lei nº 8.837, de 8 de abril de 2019

Cria o dia estadual de homenagem a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.838, de 8 de abril de 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de supermercados, açougues e estabelecimentos congêneres manterem e exibirem ao consumidor, relação atualizada de seus fornecedores de carne, nos casos em que especifica. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.839, de 8 de abril de 2019

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do estado do Pará, o surf na pororoca, no município de São Domingos do Capim. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.840, de 8 de abril de 2019

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a “abertura da pesca do mapará”, que ocorre anualmente, no município de limoeiro do Ajuru, iniciando as atividades da pesca autorizada. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.841, de 8 de abril de 2019

Institui a semana estadual de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento no estado do Pará. [Clique aqui](#)

Nº 33.856 Segunda-feira – 22 de abril de 2019

Lei nº 8.842, de 18 de abril de 2019

Institui o dia estadual da conscientização para doação de leite humano, no âmbito do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Nº 33.861 Sexta-feira – 26 de abril de 2019

Lei nº 8.843, de 25 de abril de 2019

Institui a semana estadual dos direitos animais no Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.845, de 25 de abril de 2019

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o abrigo João de Deus. [Clique aqui](#)

Diário Oficial do Município de Belém

Nº 13.740 Sexta-feira, 26 de abril de 2019

Lei nº 9.450, de 24 de abril de 2019.

Institui no Município de Belém, a data de 01 de março como o Dia Municipal de Combate ao Estupro, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.451 de 24 de abril de 2019.

Institui no Município de Belém, a Semana Municipal de Valorização do Professor/Educador Municipal, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.452 de 24 de abril de 2019.

Denomina de Elevado Coronel Fontoura, o elevado do entroncamento localizado na Avenida Almirante Barroso com a BR-316, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.453 de 24 de abril de 2019.

Cria o Bairro Antônio Lemos, altera a Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Diário Oficial da União

Lei complementar nº 166, de 8 de abril de 2019

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. [Clique aqui](#)

Lei complementar nº 167, de 24 de abril de 2019

Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.815, de 24 de abril de 2019

Inscreve o nome de Ulysses Silveira Guimarães no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.816, de 24 de abril de 2019

Inscreve os nomes de Dandara dos Palmares e de Luiza Mahin no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019

Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.748, de 10 de abril de 2019

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, firmado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.749, de 10 de abril de 2019

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre transferência de pessoas condenadas, firmado em Brasília, em 26 de novembro de 2012. [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Decreto nº 9.754, de 11 de abril de 2019

Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.755, de 11 de abril de 2019

Institui o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019

Institui o portal único “gov.br” e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019

Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019

Aprova a Política Nacional sobre Drogas. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.762, de 11 de abril de 2019

Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019

Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019

Institui a Política Nacional de Alfabetização. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.766, de 16 de abril de 2019

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, firmado em Brasília, em 14 de julho de 2010. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.767, de 16 de abril de 2019

Promulga o Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, firmado em Brasília, em 21 de abril de 2010. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.769, de 16 de abril de 2019

Estabelece a competência para autorizar o exercício da atividade de escrituração de duplicatas escriturais. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.770, de 22 de abril de 2019

Altera o Decreto nº 8.863, de 28 de setembro de 2016, que dispõe sobre a criação, a estrutura e as atribuições do Ombudsman de Investimentos Diretos. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.772, de 25 de abril de 2019

Encerra a hora de verão no território nacional. [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Notícias selecionadas

STF

ADI questiona restrição à atividade dos correspondentes bancários. [Leia mais](#)

Questionada lei do AM sobre cobrança por telefone de consumidores inadimplentes. [Leia mais](#)

Ampliação de serviços remunerados oferecidos por cartórios de registro civil é constitucional. [Leia mais](#)

Caso de militar acusado de homicídio em ritual de magia negra será remetido à Justiça Comum. [Leia mais](#)

STJ

Comprador pode ser informado sobre pagamento de taxa de corretagem no dia da assinatura do contrato. [Leia mais](#)

Quarta Turma concede habeas corpus para evitar recolhimento de bebê em abrigo até definição sobre guarda. [Leia mais](#)

Terceira Turma define conceito de decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória no CPC. [Leia mais](#)

STJ passa a disponibilizar carta de sentença em formato eletrônico. [Leia mais](#)

Tribunais estaduais

TJRR

Pela primeira vez, imigrantes venezuelanos são julgados por Tribunal do Júri em Roraima. [Leia mais](#)

Prefeita de Boa Vista é condenada a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos. [Leia mais](#)

TJRO

Acusado de matar namorada em “teste de fidelidade” será submetido a um novo julgamento. [Leia mais](#)

Advogados que permaneceram em silêncio em júri em Porto Velho terão de pagar multa, decide STJ. [Leia mais](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

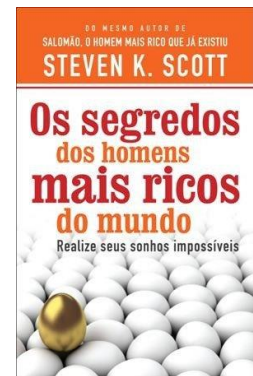
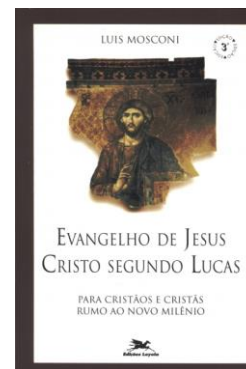
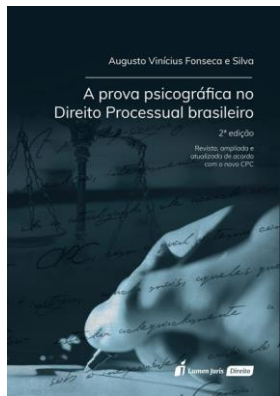
Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Obras disponíveis no acervo da Biblioteca

Acervo Jurídico



Acervo Bases Digitais



Para acessar as bases digitais, visite o site da [Biblioteca](#), no Portal Interno!

ESPAÇO DO SERVIDOR

O servidor Alex Diego compartilha a experiência da criação da Cartilha "Passo a passo para o atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes em Belém do Pará", uma publicação de utilidade pública que conduz ao acesso à informação de maneira prática e educativa!

“ A cartilha foi desenvolvida durante meus estudos de mestrado no PPGSP UFPA que duraram 2 anos. Lá pesquisei sobre a prova criminal nos casos de estupro de vulnerável com ênfase nos fatores que influenciam na percepção sobre a credibilidade do relato da vítima de estupro.



Diego Martins
Analista Judiciário/Assessor de Juiz - 4ª Vara da Infância e Juventude de Belém/PA
Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da UFPA
Pesquisador do fenômeno da violência contra crianças
Professor de Direito Penal e Processo Penal

Durante os estudos, percebi que alguns processos resultaram em absolvição, pois a vítima não compareceu em Juízo para prestar seu depoimento. Algumas hipóteses foram levantadas para justificar essa atitude e dentre elas há a possibilidade de que ela e seus responsáveis não compreendiam o processo inteiro e por isso deixaram de acompanhá-lo até que fosse proferida sentença pelo juiz. Outra hipótese é de que o processo é extremamente complexo e as palavras utilizadas pelos atores envolvidos são rebuscadas e de difícil compreensão para pessoas que não possuem formação jurídica.

Com base nessas hipóteses, criei a cartilha para que o processo possa ser visualizado como um todo e de forma simples e didática. Também criei um item com dúvidas frequentes e com um glossário onde explico os principais termos técnicos utilizados dentro do processo de apuração do crime de estupro e a função dos principais órgãos e atores envolvidos no enfrentamento desse tipo de violência. ”



[Quer compartilhar a Cartilha?
Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br